Ano 30.º — Sábado, 22 de Janeiro de 1938 — N.º 1510

O DEMOCRATA

(AVENÇADO)

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
RUA MIGUEL BOMBARDA, 21

Composição e impressão
Tipografia Lusitânia
Rua Eça de Queirós, n.º 3 - AVEIRO

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e administrador
Manuel Alves Ribeiro

Toda a correspondência deve ser dirigida ao director

Representação exclusiva de publicidade para Lisboa e Pôrto—Agencia Hava

Portugal lá fora

A imprensa estranjeira vem de há anos a ocupar-se de Portugal com elogio e admiração. Também assim era há anos atrás, mas em sentido absolutamente oposto. Com efeito, as nossas revoluções intermitentes, a nossa penúria e descabelada administração foram motivo de ironia constante. Quando se queria censurar a alguém a sua incapacidade de govêrno logo vinha o exemplo de Portugal. Está-se a ver com que piedade e menospreso eram olhados os representantes portugueses quando lhes sucedia tomar parte em reüniões internacionais. Por isso êles não ousavam erguer a sua voz nessas assembleias com receio de provocarem o riso. Na verdade, que conselhos poderiam dar aquêles que tão manifestas provas davam da desordem política e da incapacidade governativa?

E eis que num curto lapso de tempo a opinião mundial se modifica completamente a nosso respeito. Que motivos operaram tão radical transformação? Êstes, simplesmente: acabou-se a instabilidade governativa! O general Carmona é o Chefe da Nação há onze anos. E Salazar é o ministro das Finanças há nove anos e Presidente de Conselho há cinco! Durar no Govêrno é hoje o melhor sintoma de saúde política, porque essa duração é a resultante duma administração próspera e salutar. O Partido Republicano Português dominou eleitoralmente o País pelo longo espaço de 15 anos. Tendo contra si o País os resultados das urnas eram-lhe favoráveis. Esta escamoteação, êste ludíbrio da opinião pública é matéria corrente nas democracias de tipo latino, quere na Europa, quere na América. Mas o domínio eleitoral daquêle partido em quinze anos não impediu a sucessão de 43 govêrnos, o que dá uma média aproximada de três govêrnos por ano.

Porém, não é a estabilidade do govêrno português que leva um jornal com as responsabilidades do *Times* a vir a terrêno apontar Portugal como um País que dá exemplos da mais sábia e segura administração. Com efeito, o movimento militar de 1926 encontrou o País à beira do abismo. Nem finanças, nem crédito; nem ordem pública, nem estradas, nem qualquer coisa daquilo que faz a prosperidade das nações e o bem estar dos povos. Em poucos anos Salazar conseguiu equilibrar o orçamento, estabilisar a moeda, valorizar os títulos portugueses, liquidar a divida flutuante. Em vez da penúria tradicional dispomos de abundantes reservas. É mercê delas que se iniciou entre nós o mais vasto plano de fomento económico que deixa a perder de vista os que executaram Pombal e Fontes Pereira de Melo. Mas o mais sensacional é ainda o ter-se conseguido isto num período de crise internacional que fêz sossobrar as moedas mais estáveis, como a libra e o dólar, que afectou países que todos nós julgamos a coberto de afecções económicas tão profundas e duráveis.

É justificada a admiração do *Times* pela administração de Salazar. É que não há exemplo dum ressurgimento tão rápido e já agora tão seguro.

Portugal pode assim apresentar-se nos concílios internacionais e falar de fronte erguida. E na verdade assim o tem feito num momento internacional tão cheio de inquietações como é aquêle em que vivemos depois que estoirou a guerra civil em Espanha.

O *Times*, o sisudo *Times*, faz-nos justiça. Ainda bem porque ela é merecida.

S. D.

O TEMPO

Arribou, não parecendo de Janeiro, mas dos princípios da Primavera, os três ultimos dias.

Que catitas!

E que delicioso clima!

O director dêste jornal dá entrada na cadeia de Vagos para cumprir dois mêses de prisão

Na pretérita quarta-feira, quando trabalhávamos no jornal, fomos procurados pelo oficial de diligências Tibúrcio Carapina que nos fez entrega de meia folha de papel azulado com os seguintes dizeres:

Mandado de captura

O dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas, juiz de Direito da 2.ª vara da Comarca de Aveiro.

Mando a qualquer oficial de justiça competente, prenda, para ser conduzido à cadeia comarcã, o réu Arnaldo Ribeiro, casado, director do jornal O Democrata, *a-fim-de cumprir a pena de dois meses de prisão correccional em que foi condenado por Acordão de 31 de Março do ano último, na Relação de Coimbra, etc., etc., etc.*

Não era preciso mais. Ao inteiro dispôr do referido oficial quizemos desde logo ficar, com a condição apenas de nos deixar almoçar em companhia dos irmãos Aleluias, nossos hóspedes dêsse dia e a quem devemos a gentileza do seu carro para nos conduzir à cadeia de Vagos onde, por despacho ministerial, nos foi concedido cumprir a pena.

São dois meses de cativeiro, de clausura, privados da liberdade, do convívio da família; dois meses de ausência desta terra de clima doce, suave, acariciador, mas não de inactividade porque isso é contra a nossa índole e está fora dos nossos hábitos.

A quem devemos tão estranha situação, a dureza e o sacrifício a que somos obrigados? Incontestàvelmente à nossa boa-fé em acreditar numa renúncia que, afinal, se demonstrou não corresponder à apregoada nobreza de quem a pôs em circulação estas palavras, êstes períodos, êstes termos bem claros e expressivos:

«Jàmais eu chamei aos tribunais fôsse quem fôsse, ou chamarei, por abuso de liberdade de imprensa. Nem há exemplo dum pulha de pena, quanto mais um jornalista, chamar aos tribunais um adversário com quem jogou doestos, e para lhe pedir a responsabilidade dêsses doestos, na imprensa. Mesmo que êsse pulha usasse o nome de Palma Cavalão ou idêntico.

. . . .

De mim podem dizer o que quizerem. A' vontade.

Quem há aí que em face de tão categóricas afirmações públicas duvide das razões que nos levaram a carregar sôbre o *invencível* para o apontar como o mais perfeito modelo no género da diatribe? **De mim podem dizer o que quizerem. A' vontade.** E nós dissemos. Acudimos ao repto porque as palavras devem ser a revelação do carácter de quem escreve nos jornais sem mistificações, a coberto de tôdas as reservas.

Fômos traídos! Não importa. As acções ficam com quem as pratica. E a opinião pública julgará em última instância do procedimento de cada um.

Grande Chico e *mestre*, Chico duma cana: cá estamos na prisão! Glória a Deus no céu e a ti na terra!...

Bonne chance.

Efemérides

22 de Janeiro

1790—Enorme agitação em Paris em virtude de Lafayette mandar prender Marat, que defendia caloròsamente a liberdade de imprensa.

1881—Funda-se em Lisboa o Club Republicano Henriques Nogueira.

1900—Enceta, no Porto, a sua publicação *O Norte*, diário republicano da manhã.

1908—São prêsos, por suspeitos de conspirarem contra as instituïções monárquicas, os jornalistas João Chagas e França Borges, êste director de *O Mundo*.

Exposição de Paris

Afinal, ficou sem efeito a reabertura dêste certamen na próxima primavera devido ao Senado francês, por último, não concordar que assim se fizesse para evitar mais despesas.

Não que estas foram de respeito, sendo o *deficit* elevadíssimo a-pezar-do grande número de visitantes que se registou.

JUIZ DE DIREITO

Já tomou posse da vaga deixada na comarca pelo sr. dr. Correia Marques, o seu colega, sr. dr. António Baltazar Pereira, que recebeu os cumprimentos dos funcionários do tribunal e advogados que assistiram ao acto e aos quais juntamos os nossos.

Dizem-nos que o sr. dr. Baltazar Pereira é também um magistrado distinto e muito sabedor.

Inoportuno

Respigamos duma correspondência da Gafanha da Encarnação, com data de 12 e publicada no último número do *Ilhavense*:

O assunto das conversas desta semana, na Gafanha, foi a apreensão das bicicletes em Aveiro, pela polícia, em virtude de não andarem os seus possuïdores munidos com a competente licença.

É original e fantástico êste facto! Não se compreende mesmo como se exijam em Janeiro, e logo no seu princípio, as licenças que nas respectivas repartições levam dias e dias a tirar! O nosso concelho deve ter tirado até à data de hoje, umas 600, ou sejam cincoenta por dia.

Como podiam os encarregados dêsse serviço ir àlém das suas possibilidades de trabalho?

Valha-nos Deus!...

Era bem escusado isto, lá isso era.

A frente anti-comunista

A frente anti-comunista (não nos referimos à frente anti-comunista, baseada no pacto de Berlim, mas à constituída por tôdas as nações que sacudiram o liberalismo e o parlamentarismo, para melhor poderem lutar contra a propaganda e os manejos revolucionários dos comunistas) a frente anti-comunista, dizíamos, alarga-se por todo o Mundo. Recentemente, temos os exemplos do Brasil e da Roménia, que modificaram a forma do govêrno, enfileirando ao lado dos países, onde as doutrinas marxistas são combatidas.

Anunciavam certos profetas, cujas ambições inconfessáveis pedem o regresso de Portugal à velha anarquia financeira e à desordem das ruas e nos espíritos, que a luta em Espanha marcava o fim dos triunfos do nacionalismo. Felizmente, essa luta não impediu que o general Franco libertasse já mais de dois terços da Espanha das garras dos moscovitas, nem impediu a vitória do nacionalismo noutros países. Pelo contrário: a tragédia espanhola abriu os olhos a muitos, sôbre o perigo vermelho.

Os «Galitos» condecorados

Na montra da mercearia Ferreira, aos Arcos, estiveram expostas as insígnias com que o *Grupo Cénico do Club dos Galitos* foi condecorado pelo Govêrno da Rèpública e que lhe vão ser impostas numa sessão solene a realizar dentro em breve.

O trabalho artístico pertence ao sr. comendador Filipe Bandeira, do Porto, e, como todos os que saem das suas mãos delicadas, não pode ser mais esmerado.

Comandante Rocha e Cunha

Por ter passado à reserva em virtude da letra do novo Estatuto dos Oficiais da Armada, deixou o cargo de director da Marinha Mercante, o sr. capitão de mar e guerra, Silvério da Rocha e Cunha, a quem o seu sucessor elogiou no acto da posse, lamentando que a lei obrigasse ao afastamento do serviço um camarada tão sabedor e tão dedicado à Marinha, prestes a ascender ao almirantado depois de uma carreira por muitos títulos brilhante e sobremaneira honrosa.

O sr. comandante Rocha e Cunha, que já regressou de Lisboa, continúa a residir nesta cidade com sua família.

Feira de Março

O Conselho Nacional de Turismo dirigiu também à nossa Câmara o seguinte ofício:

Ex.mo Snr. Presidente da Câmara Municipal de

AVEIRO

Tem êste Conselho conhecimento, por notícias vindas nos jornais, dos esforços dessa Ex.ma Câmara no sentido de dar o maior desenvolvimento possível à Feira de Março, já tradicional em Aveiro e que, levada a efeito nos novos e inteligentes moldes projectados, pode trazer à cidade grandes benefícios.

Não podemos deixar de render a V. Ex.ª merecida homenagem pela actuação referida, pois que consideramos as feiras anuais como manifestações muito interessantes da actividade das terras que as levam a efeito, àlém de diversões sempre impulsionadoras do turismo nacional.

E, se nos é permitido apresentar uma sugestão visando a maior eficiência da Feira de Março, diremos parecer-nos da maior conveniência que algumas diversões se levem a efeito durante a sua realização, sendo, pelo menos uma delas, na ria e de preferência noturna.

A maior publicidade e o conseguimento de reduções de passagens a obter das empresas de transportes que para aí trabalham, completarão as atracções a procurar para o certame em projecto e que, repetimos, merece o maior carinho a êste Conselho.

A Bem da Nação.

Sala das Sessões do Conselho Nacional de Turismo, em 31 de Dezembro de 1937.

O Vice Presidente

Manuel G. da Silveira A. e Castro

Sabemos que por parte da edilidade aveirense já se havia pensado nas diversões noturnas apontadas nêste ofício e entre elas umas fontes luminosas que devem ser de surpreendente efeito caso vá por diante a ideia.

Isto, claro, àlem do mais que há-de fazer da Feira de Março um excelente mercado depois da decadência a que a deixaram chegar.

As causas das fomes

É um facto conhecido do público europeu e confessado pelos comunistas que, na U. R. S. S., todos os anos, há regiões onde a fome mata milhares de pessoas. Querem êles fazer crer que se trata de acontecimentos inevitáveis, de que é culpada a natureza, pois estraga a seara, em certos estados que fazem parte da federação soviética. Assim, grassou fome na Ucrânia em 1933, na Rússia Branca em 1934, etc.

Verdade é que os bolchevistas não são culpados das circunstâncias atmosféricas; mas podiam minorar a fome dos camponeses, transportando trigo das regiões onde a colheita foi boa, para as localidades onde foi péssima. Por exemplo: em 1933, os camponeses da Ucrânia, que morriam de fome podiam ser alimentados com cereais da Rússia Branca, onde a colheita tinha sido boa; e, no ano seguinte, podiam fazer o contrário.

A política bolchevista, que é completamente insensível perante a morte ou o sofrimento das massas, é que tal não permitia. Preferiram exportar cereais e praticar o *dumping*, a salvar os camponeses.

Quem acode à imprensa da província?

UMA SITUAÇÃO DESGRAÇADA A QUE URGE ATENDER SEM PERDA DE TEMPO

Há dois mêses já—fá-los depois de àmanhã—que o decreto 28.222, que tanto veio afectar a pequena imprensa, entrou em vigor, obrigando-nos ao pagamento dum impôsto sôbre os anúncios que é tudo quanto há de mais absurdo e ilógico. Basta dizer-se que só dos anúncios insertos no *Democrata* em 27 de Novembro pagámos nós como se tivessemos recebido 2.082$50 pela sua publicação e dos que sairam no mês de Dezembro o correspondente a 3.583$75!

Ora isto é simplesmente fantástico pela distância a que se encontra da verdade. Não existe nenhum jornal de província—nenhum!—que faça as avantajadas cobranças que lhes imputam pelos seus anúncios. Mais: poucos devem ser aquêles que, por ano, conseguem aquêle volume da publicidade. Nestas condições julgamos que é obrigação nossa insistir para que justiça nos seja feita e as coisas entrem no bom caminho sem prejuizo para ninguém.

Como está é que não pode continuar a menos que se pretenda extinguir, por êste processo, a imprensa que mais serviços desinteressados presta ao país no intuito de lhe ser útil.

Quem acode, pois, à situação embaraçosa que o decreto n.º 28.222 nos causa?

Ansiando por conhecer do Govêrno as suas intenções, aguardamos serenamente a resolução das instâncias superiores e no entretanto damos a palavra aos colegas que sôbre o assunto se pronunciam.

Do *Correio do Vouga*, jornal local:

Tem-se acentuado no país o movimento a favor duma reclamação a fazer junto das estâncias superiores no sentido de se modificar a disposição legal que faz incidir sôbre os anúncios uma taxa de impôsto tomando por base um preço que êles não dão, o que fará com que se não publiquem, em prejuizo assim dos anunciantes e dos semanários, a maior parte dos quais encontrava nos anúncios uma das suas mais apreciáveis receitas.

O nosso colega *O Democrata* tem feito nas suas colunas um apêlo a todos os interessados para que se unam no desejo de conseguir a modificação da lei, de modo a tornar suportável o encargo do impôsto, num tempo em que o preço do papel e a crise geral, fazendo reduzir o número de assinantes, tornam cada vez mais precária a vida dos jornais da província. Associamo-nos ao movimento e esperançados estamos em que se consiga o que se deseja, tão justo é o pedido.

Do *Écos de Cacia*:

Alvitra, no seu último número, o nosso colega *O Democrata* para que se concentrem em Coímbra tôdas as adesões dos jornais da província, a-fim-de se reclamar justiça ao sr. Ministro das Finanças sôbre a triste situação em que se encontra a pequena imprensa, devido ao decreto que obriga ao pagamento do sêlo dos anúncios em conformidade com a bitola do *Diário do Govêrno*.

Apoiamos o alvitre e é preciso não demorar, porque a vida da imprensa da província extingue-se pouco a pouco.

Mãos à obra, prezados colegas!

Do *Correio de Azemeis*, de Oliveira de Azemeis:

A pequena imprensa, à qual pertence o *Correio de Azemeis*, está passando por uma grave crise em virtude da nova lei do sêlo.

O nosso colega de Aveiro, *O Democrata*, foi o primeiro jornal a levantar a voz contra êsse impôsto.

Correio de Azemeis, por estar em plena concordância, transcreveu o artigo que aquele nosso colega publicou.

Já lá vai um mês e até agora nada de novo.

Alguns colegas com quem permutamos também se têm referido à nova lei.

Todos acham impossível a vida da pequena imprensa, já bastante agravada.

Pela nossa parte apenas diremos, para daí tirarem as necessárias conclusões, que aos anúncios publicados durante o passado mês de Dezembro foi dado o valor de 2.210$63.

É sôbre esta importância, que nós nem por ano recebemos, quanto mais por mês, que temos de pagar o respectivo impôsto!

Garantimos, sem receio de desmen-

tido, que passamos a pagar mais de sêlo do que recebemos dos anúncios.

Pedimos, pois, providências a quem de direito.

De *O Regional*, de S. João da Madeira, com o título—**Encargos incomportáveis**:

A pequena imprensa do nosso país vem sofrendo de há muito, um constante agravamento no custo do papel sem se aventurar sequer, na quási totalidade, a agravar o preço das assinaturas com receio, aliás justificado, de ver fugir-lhe os assinantes, o que origina uma vida precária, sustentada apenas a *balões de oxigénio*.

Novo e rude golpe acaba, porém, de sofrer e êste, se persistir, vai pôr em sério risco a existência de muitos jornais, que embora modestos, muito e muito contribuem para estimular e desenvolver as terras que representam. Trata-se duma nova disposição que agravou extraordinàriamente o impôsto de sêlo dos anúncios. Haverá publicações às quais não faça muita diferença tal agravamento, dado que os seus anúncios são, em regra, de verdadeira necessidade para os anunciantes que não se recusarão a custear êsse aumento; mas em jornais pequenos, como o nosso, em que a concessão de anúncios é tomada, quási, à conta de favor, tal medida afastá-los-há, dificultando ainda mais a já precária vida dessa imprensa. Isto no que se refere a anúncios particulares, porque com respeito a anúncios judiciais, a-pesar-da distribuição ter sido superiormente orientada, tal orientação não é seguida com rigor, pelo menos nesta comarca cujos anúncios são só para protegidos!

É' pois, bastante crítica a situação actual da imprensa da província, aquela que verdadeiramente vem impulsionando o desenvolvimento e progresso dos mais pequenos recantos do país!

O nosso distinto colega *O Democrata*, de Aveiro, iniciou uma representação que vai ser levada junto das estâncias superiores e que foi secundada por quási todos os pequenos jornais, pedindo seja levada em conta a situação aflitiva da pequena imprensa, diminuindo-se tais encargos.

O Regional, que tem acompanhado com interêsse essa justa campanha e ao seu lado se encontra incondicionalmente, está confiado em que justiça será feita e esperançado, por isso, em melhores dias para a pequena imprensa que, repetimos, é uma poderosíssima alavanca para os progressos da província.

Do *Notícias de Viana*, de Viana do Castelo:

De acôrdo com as disposições do Decreto n.º 28.222 recentemente publicado, o imposto sôbre anúncios a inserir pela imprensa deixa de incidir sôbre o rendimento efectivo que êsses mesmos anúncios oferecem ás emprezas e passa a estabelecer-se à base dos preços que vigoram na administração do *Diário do Govêrno*.

Ou seja:

Primeiro: A publicidade feita mediante jornais de altas tiragens ou publicações de luxo, para efeitos fiscais, fica equiparada áquela que se realiza por meio da pequena imprensa ou das publicações modestas.

Segundo: Os jornais e publicações cujas tabelas de anúncios são inferiores às que agora se generalizam—e acontece isso com a grande maioria—ou tem de as aumentar e correm o risco de afugentar os anunciantes ou não as elevam para os não perder e ficam assim a pagar imposto sôbre rendimento que não cobram.

Não é justa nem uma coisa nem outra. Tampouco acarretará vantagens. Cerceia o desenvolvimento da publicidade, pelo menos, nos pequenos meios. Dificulta a vida das emprezas pobres. Coloca o Estado em posição ou de acabar por cobrar menos ou de cobrar mais, mas sempre em detrimento da imprensa que, por ser a que luta com dificuldades maiores, não é nem a que menos direito de existência possue, nem a que menor importância moral revéla.

E' de crêr que o Govêrno fôsse conduzido a decisão de tal natureza devido ao sistema de cobrança até aqui em vigor se mostrar fàcilmente susceptível de omissões ou fraudes. Ninguém pode levar a mal, portanto, que o *fisco* se defenda daqueles em cujas declarações confiava e verificou que o desrespeitavam. Mas isto não explica que passem os justos a pagar pelos pecadores... Uma coisa é o princípio a que a aplicação do impôsto tem de obedecer e outra o processo de cobrança dêsse mesmo impôsto. E princípio certo era o que estava e não o que está.

Talvez não seja difícil encontrar-se solução mais consentânea com a índole do problema. Pela nossa parte esperamos firmemente que assim venha a suceder. Deve ser questão, apenas, de que o sr. Doutor Oliveira Salazar tenha tempo para reparar nêste pormenor de um decreto que engloba muitas outras matérias. E a injustiça será prontamente reparada.

* * *

Ao que parece, uma comissão representando a *Liga Regionalista Portuguesa* entregou também ao sr. Presidente do Ministério uma exposição em que pedia a suspensão da execução do decreto aplicável à Pequena Imprensa.

Continuamos, pois, de esperanças.

UM AVISO

Da secção—*Beijos de burro*—do semanário humorístico *Os Ridículos*:

«Os *Galitos*, de Aveiro, querem vir apresentar outra revista a Lisboa.

Cuidado! Não borrem a pintura do ano passado...»

Também dizemos o mesmo.

Secção desportiva

Foot-Ball

No seu primeiro jôgo da 2.ª Liga, o Beira-Mar empatou com o Sport Lisboa e Vizeu, por 3-3

Não se pode dizer que o *Beira-Mar* tenha sido infeliz na sua primeira *saída* do actual campeonato da Liga Menor, pois, em Vizeu, contra o campeão daquela cidade, o *Sport Lisboa e Vizeu* por 3-3.

Segundo os informes da crítica local, o nosso agrupamento revelou superioridade técnica incontestável, pertencendo-lhe também o domínio territorial da partida.

A dar crédito ao que nos dizem vários espectadores do *match* realisado na cidade de Viriato, os aveirenses actuaram abaixo das suas possibilidades, tendo a defeza permitido dois *goals* fáceis e os dianteiros, mòrmente o *foword-centro*, demonstrado precipitação imperdoável quando se avisinhava a oportunidade de alvejar a balisa.

No entanto, se não fôsse a brilhante actuação do guarda-rêdes da filial viziense do *Benfica*, era bastante aceitável a vitória dos nossos representantes.

Quanto a nós, o mais perigoso adversário do *Beira-Mar* deve ser o terceiro classificado do nosso distrito.

Os aveirenses precisam, mais do que nunca, de cuidar da sua forma, para não serem surpreendidos por uma classificação inesperada.

Ao nosso público compete estimular os esforçados *players*, que acarretam sôbre si as responsabilidades de campeões distritais, para que possam conquistar o ambicionado primeiro lugar, uma glória cobiçadíssima, como já tivemos o ensejo de dizer por todos os *teams* portugueses que figuram nos torneios federativos.

Y.

Gafanha da Nazaré

=:=

O Govêrno nomeou uma comissão para administrar a freguesia da Gafanha da Nazaré em regimen de tutela, que ficou assim constituida: Manuel Nunes Carlos, Manuel Caçoilo da Rocha e João dos Santos, efectivos; José Fernandes Vieira, Manuel da Rocha Fernandes e José Maria Casqueira Novo, substitutos.

A política em França

=o=

A queda do Govêrno presidido por Chautemps fez com que se evidenciassem coisas que, ou muito nos enganamos, ou dentro em breve devem dar de si com a maior retumbância.

Blum concedeu tantas liberdades aos elementos extremistas que há-de ser difícil mante-los na ordem quando isso se impozer em qualquer momento crítico.

E de mais, se verá.

A pesca do bacalhau

—:—

Acaba de ser nomeado presidente da direcção do Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau o nosso amigo João Rodrigues Testa, que, em Lisboa, já tomou posse do importante cargo.

Pelo acerto da escolha felicitamos os que nela tiveram interferência, principalmente.

Trincheira dum crente

As reformas militares

As reformas militares recentemente decretadas, constituem indiscutivelmente, diplomas governativos de elevado alcance militar, patriótico e nacional. Há muito tempo, que se impunha a reforma das nossas instituições militares, que era com razão, uma digna e justa aspiração de há longos anos. Uma reforma de conjunto, que abarcasse totalmente, em todas as suas modalidades, o problema militar da Nação. Uma reforma que remoçasse e renovasse o exército e lhe imprimisse directrizes sólidas, eficientes e modernas. Que àlém do apetrechamento, superiormente técnico da hora presente e da organização eficaz imposta pelas necessidades duras da guerra actual, feroz e deshumana, lhe dessem o homem novo, inteiramente votado à dignidade da sua função e a alma nova disposta a multiplicar as grandes tradições de coragem, de heroísmo, de valentia e de saber da gente lusíada.

Crêmos que êste sentimento de fazer ressurgir as nossas instituições militares, de fazer delas, uma unidade viva, dinamica, criadora, adaptada com rigor às funções e fins que lhes são naturalmente próprios, estava sem dúvida, no ânimo nobre e glorioso do exército Português e nas necessidades inadiáveis e imperiosas de defesa da independência e integridade pátrias, perante a agudeza e o imprevisto, que dum momento para outro, pode assumir a desvairada loucura internacional.

Lendo o rolatório de Salazar, em que a nitidez da palavra se confunde com a nitidez do raciocínio mede-se em toda a sua extensão e profundidade o passado, o presente e o futuro do Exército Português. Salazar coloca com uma frieza de estoico, quási no mesmo pé de igualdade, a grandeza militar e nacional a que vizam as reformas e a grandeza de sacrifícios a que elas dão lugar.

A Revolução Nacional, o Estado Novo, o Exército e a Nação podem-se orgulhar de vêr a caminho de resolução, um dos maiores e complexos problemas nacionais.

* * *

Através da reforma observa-se a preocupação financeira, o cuidado de não dispensar grandes somas de dinheiro, com a arrumação do pessoal militar, que o Estado e a Nação não comportam. Uma reforma desta importância e transcendência, executada por exemplo,—na Inglaterra, na Alemanha, na França ou na Itália, far-se-ia nêsse capítulo sem essa preocupação ou com mais suavidade. Nesses países essa preocupação não teria cabimento atendendo às verbas astronómicas que estão gastando com a sua valorização e apetrechamento militares. E' natural até que nêles se dê precisamente o contrário. Que poucos ou nenhuns sacrifícios dessa natureza sejam exigidos. Mas nós somos um paiz pobre, duma riqueza pública e privada bastante abaixo do normal. Os mais ricos entre nós talvez se possam considerar remediados. Duma maneira geral vivemos quási todos uma pobreza franciscana. O Estado está vivendo ùnicamente dos recursos financeiros de que dispõe a Nação.

Assim se explica que parte das reformas efectuadas pelo Estado Novo tragam para toda a gente grandes e pezados sacrifícios, e que o nivel de vida que geralmente se vive seja dos mais baixos. E' preciso não esquecer que somos a geração do sacrifício, a heroica geração do resgate, de que nos falava António Sardinha. Mais ainda. A Nação do sacrifício, a Nação que para se resgatar dos longos êrros acumulados e cometidos, tem de se limitar, de viver uma vida pequena, cheia de restrições e de dolorosas dificuldades. Que ao menos os sacrifícios sejam equitativamente distribuídos por todos, e que a Pátria e a Nação se salvem e engrandeçam, aos nossos próprios olhos e aos olhos dos estranhos.

* * *

Os sacrifícios que individualmente atingem todos, fazem-se, como disse, em nome da Nação e em benefício da Pátria. Em obediência ao interêsse geral, ao primado do colectivo, às imposições do Bem Comum. Mas também é justo, razoável e humano que os sacrifícios sejam atenuados o mais possível. Que os sacrifícios não rocem nem se confundam com a injustiça. Não há nada que prejudique mais uma situação política, um ideal político que o cometimento de injustiças, que não se podendo evitar, dado o geometrismo das leis, não se procurem reparar ou remediar, o que seria ainda peor.

Um Estado, é certo, tem um critério, uma disciplina, um sistema financeiro a respeitar, a seguir a norteá-lo. Mas para um Estado que se intitula de nacional, acima da rigidez financeira, acima do dogmatismo financeiro, está um pensamento político de justiça, de moral e de humanidade, a que em última instância se tem de tudo subordinar. Se nas coisas da vida, da inteligência, da cultura e do sentimento, como de facto é verdade, a ordem espiritual e moral suplanta a ordem económica, financeira e política, um Estado que se afirme nacional e cristão, não pode deixar de respeitar essa verdadeira ordem, que é a ordem alta e superior do espírito. Mesmo nos interêsses individuais, é necessário distinguir. Há os legítimos e os ilegítimos. Os primeiros devem ser respeitados, como justos que são, assim como os segundos, como imorais, devem ser destruídos.

E' preciso que o bom-senso e o equilíbrio nos iluminem a todos e que todos os excessos sejam evitados.

Um Estado só se dignifica e enobrece e está à altura da sua verdadeira missão, perante um pensamento nacional e universal, revendo as suas próprias leis, catando nelas todos as injustiças, todas as anomalias e todas as ausências de humanidade que porventura lá se encontrem. Só é moral o que é justo e humano! O Estado deve ser para nós nacionalistas e portuguêses, um modelo, um exemplo, um símbolo de justiça, de rectidão, de dignidade e de nobreza moral.

Só assim êle sóbe o calvário da glória, no mesmo plano em que a Nação trilha o calvário da dôr!

J. Carreira

O TEMPO

Previsões de 23 a 29 de Janeiro

Meteorologia

Oscilação barométrica geral—Depois de descer fortemente em 24, inicia nesta data a subida barométrica. De 26 para 27 nota-se uma oscilação brusca.

Datas de novos ciclones—Em 24 e de 26 para 27.

Movimentos mais sensiveis no campo de pressão—Em 24 e de 26 para 27.

Tempo em Portugal—É provável que o tempo se apresente, por vezes, com tendencia para chover, principalmente no dia 29.

Tempo no estrangeiro—Tendência para mau tempo e maior intensidade dos ventos: em Espanha, Itália, Turquia e Mar Negro.

Oscilação provável de temperatura na península—Depois de subir em 25 volta a descer até 28 e a subir em 29.

Sismologia

Datas de maior sensibilidade: em 23 e de 25 para 26.

Setúbal, 19 de Janeiro de 1938.

A. CARVALHO SERRA

A fronteira da Europa

=o=

Marañon, no seu artigo «À margem da guerra civil espanhola», publicado na *Revue de Paris*, estabelece a profunda diferença que existe em consequências para o futuro de Espanha entre a ajuda dos estranjeiros aos nacionalistas ou aos marxistas.

Já se sabe que quem transformou a guerra civil de Espanha em luta internacional num terreno nacional foram os que pretendiam transformar a Península numa «união das repúblicas socialistas soviéticas ibéricas» para tentar bolchevisar a Europa. É natural que as nações atingidas se tivessem defendido da lepra comunista.

Conforme escreveu Marañon: «O importante não é a ajuda momentânea fornecida pelos estranjeiros em homens e material... O importante é que os estranjeiros tentaram apoderar-se do espírito nacional. Mesmo que não houvesse no lado vermelho um único soldado ou uma só arma moscovita seria a mesma coisa—a Espanha vermelha é espiritualmente russa. Do lado nacionalista, mesmo que houvesse milhões de italianos e alemãis, o espírito das pessoas seria—com suas qualidades e defeitos—infinitamente espanhol, mais espanhol do que nunca. É inútil atacar com sofismas esta verdade absoluta de que dependiam já antes da luta a fôrça dum dos partidos e a fraqueza do outro.»

Quando os marxistas espanhois e a chusma internacional que ao lado daquêles se bate ou de fora os ajuda poderòsamente falam com hipocrisia duma intervenção estranjeira em Espanha, convém responder que não há pior intervenção do que a moscovita porque esta dissolve as nações e procura destruír a Europa, afogando-a numa afrontosa e miserável barbaria.

A frente de qualquer nação civilizada da Europa não se encontra hoje nas respectivas fronteiras, mas na linha que, em Espanha, separa os exércitos de Franco dos de Moscovo.

Orfeon Académico

=:=

Parece que vem a Aveiro no dia 2 de Março o Orfeon Académico de Coimbra, da regência do sr. dr. Raposo Marques, o qual cantará alguns números de música religiosa durante o desfile da procissão de Cinza, realizando, à noite, no Teatro, um sarau de arte dedicado ao *Sport Club Beira-Mar*.

No bairro de Sá

É àmanhã e depois que se realiza a festa ao Mártir S. Sebastião, lá em cima, em Sá, e cujo programa não sabemos se será cumprido à risca devido às autoridades eclesiásticas terem posto certos entraves...

Tocarão as três bandas de música da cidade.

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, o sr. António José Flamengo; àmanhã, o sr. dr. Álvaro Sampaio, professor do Liceu de José Estêvão; no dia 24, a sr.ª D. Maria de Oliveira e Sousa, irmã do sr. António Tavares de Sousa; em 25 a esposa do nosso dedicado assinante Manuel Seabra de Azevedo, comerciante em Sá da Bandeira (África Ocidental) e o sr. José Eduardo de Pinho Varela, empregado na filial dos Grandes Armazens do Chiado; em 26, a menina Maria da Conceição Durão, filha do sr. tenente Júlio Durão, de Infantaria 19; em 27, a sr.ª D. Maria da Luz M. Rodrigues Gautier, esposa do sr. Manuel Gomes Gautier, industrial de panificação em Setúbal, e em 28, o sr. Antero Simões Pina e a inocente Maria Izabel Falas Garcia Couceiro, filha do nosso conterrâneo Eugénio Couceiro, residente em África.

Casamentos

Realizou-se na quarta feira o enlace matrimonial da sr.ª D. Maria da Apresentação Picado da Rocha, gentil filha do sr. António Rocha, ausente em Lourenço Marques (África Oriental) com o estudante Celestino Lopes Neto, de Quintans.

Serviram de padrinhos, por parte da noiva, a sr.ª D. Berta Pinheiro e Silva Pais e marido sr. Manuel da Silva Pais, e pelo noivo seus pais, sr. alferes Manuel Lopes Neto e esposa.

Após a cerimónia religiosa, celebrada na igreja de S. Gonçalo, foi servido aos convidados um opiparo jantar, sendo no final enaltecidas as qualidades dos recém-casados.

A êstes desejamos também, como são merecedores, um futuro repleto de felicidades.

Partidas e Chegadas

Esteve esta semana em Aveiro o nosso assinante sr. Joaquim Rodrigues de Oliveira, residente em Valinha (Monsão) e a quem agradecemos os seus cumprimentos.

Doentes

Continúa retido na cama, doente, o nosso velho amigo António Pereira da Luz (Valdemouro) a quem sinceramente desejamos o seu restabelecimento.

—Também não tem obtido quaisquer melhoras a sr.ª D. Glória Leitão de Rezende, esposa do sr. António Rezende.

Feio e indecente

=o=

Aquele recanto do teatro, do lado da Rua 31 de Janeiro, que se transformou em mictório, não há maneira de desaparecer. Temos aqui pedido providências porque reputamos aquilo uma indecência. Além do cheirete que exala.

Caso o sr. Delegado de Saúde nos dê a honra de ler esta local e podendo evitar às pessoas que passam na referida rua fazê-lo com a mão no nariz, era favor.

Que desde já agradecemos, reconhecidos.

Correspondencias

Esgueira, 19

O cortejo das pastoras aqui realizado deixou êste ano muito a desejar, devido a certos caprichos que só prejudicam, o que é para lamentar.

Se a falta de senso não fôsse tanta...

—Consorciou-se aqui, na última semana, com a menina Ana Duarte Esteves, o nosso amigo Luís de Pinho.

Muitas felicidades.

—Encontra-se entre nós, com a família, a passar algum tempo, o sr. José Tavares da Silva, residente na capital.

C.

Eixo, 17

Na Universidade de Coímbra acaba de fazer acto da cadeira de Fisiología, em que ficou plenamente aprovado o académico Sizenando Ribeiro da Rocha e Cunha, que, por isso, se encontra no 3.º ano de Medicina.

As nossas felicitações extensivas a seu extremoso pai, o nosso amigo e bemquisto facultativo municipal, sr. dr. Carlos Alberto Ribeiro.

—Fez hoje as suas 17 primaveras a menina Maria Luísa Magalhãis Amador que, por êsse facto, foi dia de festa em casa de seus pais, tendo a aniversariante recebido avultada correspondência de felicitações.

—Pelo sr. Presidente da Câmara e conforme já há tempo lhe vinha sido solicitado pela antiga Junta de Freguesia foi mandado proceder à limpeza, das valetas de tôdas as ruas camarárias que, na verdade, estavam em estado lastimoso.

—No dia de Reis realizou-se, com o cerimonial aparatoso do costume e no meio de vasta concorrência de forasteiros, o tradicional cortejo de pastoras com ofertas ao Menino Jesus. Estas renderam cêrca de 700$00, quantia que os seus promotores destinam a futuras obras na Igreja paroquial.

—Nos números que representam o movimento da Sopa Escolar dos pobresinhos e cuja notícia foi publicada na última correspondência, o *desastroso* tipógrafo separou para a direita, com o cifrão, três algarismos, o que alterou profundamente o quantitativo daqueles números. Devia separar apenas dois, pois assim é que está certo.

C.

Agradecimento

A família do falecido José Rodrigues Pinto manifesta o seu reconhecimento às pessoas que acompanharam o extinto à última morada, bem como aos Ex.mos Srs. Drs. Adérito Madeira e Gustavo Faria pelos esforços empregados no seu salvamento.

Aveiro, 20 de Janeiro de 1938.

Agradecimento

A família da desventurada Eduarda da Cruz Moreira e o noivo, Francisco Ferreira Martins, vêm por êste meio testemunhar o seu reconhecimento a tôdas as pessoas que durante a sua doença se interesaram pela sua saúde, acompanhando-a depois à última morada.

A todos, o seu maior agradecimento.

Aveiro, 19 de Janeiro de 1938.

Êste número foi visado pela Censura

Os dez mandamentos da felicidade

=o=

«Correm os homens, desde a profundidade dos tempos, atrás da felicidade. Mas se há um ou outro que a alcança, é, em regra, para um ligeiro e curto abraço. O sofrimento é muito mais fiel...

Da botica dos filósofos e moralistas caem, porém, desde sempre, as receitas para alcançá-la. Sôfrega, as aceita e aplica a crédula humanidade, mas não há notícia de exemplar da nossa espécie que, do alto da escaleira dos anos, volvendo um olhar para o caminho percorrido, tenha podido proclamar em plena verdade: a felicidade entrou na minha casa e na minha alma e jàmais dela desertou um só momento.

Todavia os receituários continuam e há sempre gente de boa vontade e viva esperança disposta a experimentá-los.

Dentre êles, e para uso dos que os não conhecem, queremos aqui reproduzir os conselhos de Jefferson, famoso moralista americano Talvez, postos em prática, consigam dar, a muitos, senão a plena ventura, que é inacessível objectivo, um pouco de tranqüilidade nesta hora de universal sobressalto.

Ei-los:

1.º—Não gaste nunca o seu dinheiro antes de o ter ganho.

2.º—Não compre coisa alguma inútil, a pretexto de que é barata.

3.º—Não deixe para àmanhã o que pode fazer hoje.

4.º—Não lamente nunca o não ter comido bastante.

5.º—O trabalho feito de boa vontade, nunca fatiga.

6.º—Não recorra a outrem para fazer aquilo que por si próprio pode fazer.

7.º—A vaidade e o orgulho causam-nos mais sofrimentos que a fome e a sêde.

8.º—Comece as coisas pelo princípio.

9.º—Conte até dez antes de falar, quando está descontente; e até cem quando está colérico.

10.º—Evite inquietações e sofrimentos que só estão na sua imaginação e jàmais acontecem.

Êstes dez mandamentos não encerram, seguramente, o elixir da felicidade, mas cumpridos a rigor, sem dúvida propiciam uma existência calma, isenta de amargas e perigosas aventuras.

Basta só aplicarmos a receita e... considerarmo-nos felizes.

É bem fácil!»

Agremiações locais

=o=

Deram o seguinte resultado as eleições para os novos corpos gerentes realisadas noutras colectividades:

Sociedade Recreio Artístico

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente, José Pinheiro Palpista; *vice-presidente*, Fernando Silva; *1.º secretário*, Inocêncio Soares; *2.º*, Celestino Pires.

CONSELHO FISCAL

Gervásio Aleluia, João Gamelas e João Evangelista de Campos.

DIRECÇÃO

Efectivos

Presidente, Isaías Augusto de Albuquerque; *vice-presidente*, António Rezende; *tesoureiro*, José Casimiro Graça; *1.º secretário*, José Ferreira da Maia; *2.º*, Manuel Rodrigues Nogueira; *vogais*, João Marques de Oliveira, Gonçalo Pinto, Manuel Dilalma Graça e Francisco Cardoso Madureira.

Substitutos

Presidente, Manuel Pires Ferreira; *vice-presidente*, Artur Lobo Júnior; *tesoureiro*, João Simões Peixinho; *1.º secretário*, Telmo Marques Sobreiro; *2.º*, António Pereira Campos Naia; *vogais*, Rufino Lopes dos Santos, João Migueis Picado, António Ferreira da Silva e José da Cruz Novo.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente, Dr. Alberto Souto; *1.º secretário*, Albano Henriques Pereira; *2.º*, Jeremias dos Santos Moreira.

CONSELHO FISCAL

Presidente, Tenente Jaime Pereira da Silva Sabino; *vogais*, António da Costa Ferreira e Francisco Duarte.

DIRECÇÃO

Presidente, Ricardo Mendes da Costa; *secretário*, Manuel José da Costa Guimarãis; *tesoureiro*, José Marques Sobreiro; *vogais*, João Soares e Gonçalo Pinto.

Concurso

A Câmara Municipal do concelho de Oliveira de Azemeis abre concurso pelo espaço de 30 dias, a contar da segunda publicação no *Diário do Govêrno* para provimento do lugar de escriturário de 3.ª classe da Secretaria da mesma Câmara, com o ordenado mensal de 550$00.

Os concorrentes devem apresentar os respectivos documentos na Secretaria da Câmara, dentro do referido praso, das 11 às 17 horas.

Oliveira de Azemeis, 14 de Janeiro de 1938.

E eu, António Maria Soares Pinto dos Reis, chefe da Secretaria o subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alfredo Fernandes de Andrade

Ver a 4.ª página

Câmara Municipal de Aveiro

EDITAL

Feira de Março

Doutor Lourenço Simões Peixinho, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Aveiro:

Faço público que tendo a Câmara da minha presidência adquirido um abarracamento para a realização da Feira de Março, que tem lugar nesta cidade de 25 de Março a 15 de Abril p., todos os pedidos de barraca devem ser dirigidos à Secretaria desta Câmara, até 15 de Fevereiro, e não ao antigo barraqueiro, senhor Artur dos Reis, que nada tem com barracas na mesma Feira por desistência voluntária.

E para constar mandei passar êste e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Aveiro e Secretaria da Câmara Municipal, 13 de Janeiro de 1938.

E eu, Cipriano António Ferreira Neto, Chefe da Secretaria que o subscrevo.

a) *Lourenço Simões Peixinho*

Comarca de Aveiro

Anúncio

1.ª publicação

Por êste Juizo, cartório da segunda secção da primeira Vara, e nos autos de execução por custas e sêlos que o Magistrado do Ministério Público desta comarca, move contra António Pereira ou António Pereira Moiro e mulher, agricultores, residentes em São Bernardo, e corre por apenso a acção sumaríssima que lhes moveu João Lopes, casado, comerciante, de São Bernardo, vão à praça pela terceira vez, para serem arrematados por qualquer preço no dia 30 do corrente mês, pelas 12 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, sito à Praça da República, em Aveiro, os seguintes prédios pertencentes e penhorados aos executados:—Uma décima quarta parte, indivisa, de um prédio de casas térreas e pertenças, sita no lugar das Silhas de São Bernardo, freguesia da Glória, avaliada em 356$00;—Uma décima quarta parte indivisa, de uma pequena casa térrea, com vinha e ribeiro anexos, tudo sito no lugar do Barro de São Bernardo, freguesia da Glória, avaliada em 214$00;—e uma décima quarta parte indivisa, de um pinhal, ribeiro e pertenças, sito no lugar do Fornilho, limite de São Bernardo, freguesia da Glória, avaliada em 72$00.

Pelo presente são citados os credores incertos.

Aveiro, 10 de Janeiro de 1938.

O Chefe da 2.ª Secção da 1.ª Vara

Carlos Hermenegildo de Sousa

Verifiquei:

O Juiz de Direito,

Melo Freitas

O DEMOCRATA *vende-se no Quiosque da Praça Marquês de Pombal—AVEIRO*

CONCURSO

Doutor Lourenço Simões Peixinho, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Aveiro:

Faço público que, nos termos dos artigos 395.º e seguintes do Código Administrativo e dos artigos 5.º e seguintes do Decreto n.º 27.759, de 16 de Junho último, se acha aberto concurso de provas documentais e práticas, por espaço de trinta dias, a contar da data da publicação do jornal que em último logar publicar êste anúncio, para provimento de três logares vagos de escriturários de terceira da Secretaria desta Câmara, com o vencimento mensal de 550$00, devendo os concorrentes instruir os seus requerimentos com os documentos exigidos pelo artigo 398.º do citado Código Administrativo.

Os referidos lugares encontram-se vagos por virtude de ter um antigo funcionário pedido a demissão, um outro pedido licença ilimitada e ainda um outro ter sido promovido.

Aveiro e Secretaria da Câmara Municipal, 13 de Janeiro de 1938.

O Presidente da Câmara,

Lourenço Simões Peixinho

Comarca de Aveiro

=o=

Arrematação

1.ª publicação

No dia 30 do corrente, pelas 12 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e na carta precatória para avaliação e arrematação de bons, vinda da comarca de Estarreja e extraída da execução de sentença que António Augusto Marques da Silva, de Veiros, move contra Armandina Henriques e irmão Joaquim Soares de Rezende, menores impuberes, também de Veiros, proceder-se-á à arrematação, em hasta pública, e em segunda praça, para ser arrematado por quem maior lanço oferecer acima de metade da sua avaliação, do seguinte prédio:—Uma casa sita na rua de Santa Joana Princesa de Portugal, que antes se chamava Miguel Bombarda, com o número 34, freguesia da Glória, desta cidade, avaliado em 15.000$00 e vai à praça por 7.500$00.

Por êste meio são citados quaisquer credores incertos para assistirem à arrematação e usarem dos seus direitos, querendo.

Aveiro, 17 de Janeiro de 1938.

Verifiquei:

O Juiz de Direito,

António Baltazar Pereira

O Chefe da 1.ª Secção,

Júlio Homem de Carvalho Cristo

Comarca de Aveiro

=o=

Arrematação

1.ª publicação

No dia 30 do corrente, pelas 12 horas, à potra do Tribunal Judicial desta comarca e na execução por impôsto de justiça que o Ministério Público move contra Albino Gomes de Carvalho, viúvo, lavrador, da Taipa, por apenso à polícia correcional que aquele moveu contra êste, proceder-se-á à arrematação, em hasta pública, e em segunda praça, para ser entregue a quem maior lanço oferecer acima de metade da sua avaliação, ou antes, do seu valor, da seguinte pensão pertencente ao executado e da qual é depositário Manuel Gomes de Carvalho, casado, lavrador, de Requeixo:—Três arrôbas de carne de porco e 30$00 em dinheiro, no valor de 5.886$72 e vai à praça por 2.943$36.

Por êste meio são citados quaisquer credores incertos para assistirem à arrematação e usarem dos seus direitos, querendo.

Aveiro, 10 de Janeiro de 1938.

Verifiquei:

O Juiz de Direito,

Melo Freitas

O Chefe da 1.ª Secção

Júlio Homem de Carvalho Cristo

Comarca de Aveiro

=o=

Arrematação

1.ª publicação

No dia 30 do corrente, pelas 12 horas, à porta do Tribunal Judiçial desta comarca e na execução fiscal administrativa que a Fazenda Nacional move contra José Vidal Nunes Adão, Manuel Vidal Nunes Adão, Maria Vidal Nunes Adão, Mário Vidal Nunes Adão, Luís Vidal Nunes Adão e Emílio Vidal Nunes Adão, todos de Vale de Ilhavo, proceder-se-á à arrematação, em hasta pública, e em segunda praça, para ser entregue a quem maior lanço oferecer acima de metade do seu valor, do seguinte:—Um quintal com uma capela e árvores de fruto, sito em Vale de Ilhavo, desta comarca, no valor de quinze mil escudos (15.000$00) e vai à praça por 7.500$00.

Por êste meio são citados quaisquer credores incertos para assistirem à arrematação e usarem dos seus direitos, querendo.

Aveiro, 17 de Janeiro de 1938.

Verifiquei:

O Juiz de Direito,

António Baltazar Pereira

O Chefe da 1.ª Secção,

Júlio Homem de Carvalho Cristo

"O Democrata,,

ASSINATURAS

(Pagamento adiantado)

Portugal, ano	20$00
Semestre	10$00
Colonias, ano.	30$00
Brasil e Estrangeiro	40$00
Numero avulso	$30

ANUNCIOS

Por linha (1.ª pagina)	2$00
» » (2.ª »)	1$50
Nas outras	1$00
Comunicados, linha	1$50

Permanentes contracto especial. Contagem pelo linómetro de corpo 8.

O Democrata vende-se no *Estanco Flaviense*, Rua dos Mercadores.

ANÚNCIOS

Comarca de Aveiro
—o—
ANÚNCIO
1.ª publicação

Por êste Juizo, cartório da segunda Secção primeira Vara, e nos autos de execução por custas e selos que o Magistrado do Ministério Público desta comarca, move contra Bernardino de Almeida e mulher Maria dos Santos Luísa, agricultores, da Ponte de Vagos e corre por apenso à acção sumaríssima que lhes moveu Maria da Luz da Naia Pacheco, solteira, maior, comerciante, de Aveiro, vão à praça pela segunda vez para serem arrematados por quem maior lanço oferecer acima de metade das suas avaliações, no dia 30 do corrente mês, pelas 22 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, sito à Praça da República em Aveiro, os seguintes prédios pertencentes e penhorados aos executados:

Umas casas e quintal, sitas no Vale, freguesia do Covão do Lobo, avaliada em 500$00;

Uma terra lavradia, sita no Vale, freguesia do Covão do Lobo, avaliada em 1.000$00.

Pelo presente são citados os credores incertos.

Aveiro, 10 de Janeiro de 1938.

O Chefe da 2.ª Secção da 1.ª Vara,
Carlos Hermenegildo de Sousa

Verifiquei:
O Juiz de Direito,
Melo Freitas

A FECHAR

A mulher ao despertar dum pesadelo:
—Jorge! Jorge! Acorda!
O marido:
—Não posso.
A mulher:
—Porquê?
O marido.
—Porque não estou a dormir.